

20 de Maio de 2009

Parecer sobre as provas de aferição do primeiro e segundo ciclos - Matemática

As Provas de Aferição em Matemática que hoje decorreram em todo o país no 4.^o e 6.^o anos de escolaridade constituem uma oportunidade para testar conhecimentos e seria desejável que pudessem servir de instrumento de aferição do estado do ensino. Infelizmente, estas provas padecem de alguns vícios que impedem que tal objectivo seja cabalmente cumprido.

Em primeiro lugar, os resultados não têm efeito sobre as classificações dos alunos nem sobre o seu percurso escolar — há por isso sempre um factor de desinteresse associado às provas. Há muito que a SPM tem insistido na necessidade de uma avaliação mais séria. No estado actual do ensino, não parece acertado que os alunos tenham de percorrer todos os nove anos de escolaridade obrigatória sem nenhum exame e sendo avaliados externamente apenas no 9.^o ano de escolaridade e, mesmo assim, de forma muito parcelar.

Em segundo lugar, estes testes não têm sido construídos de forma comparável de ano para ano, pelo que não se sabe o que de facto representam os resultados globais. Alunos e professores nunca sabem com o que contam antes das provas. Depois destas, não se sabe o que os resultados dos diversos anos representam em termos comparativos.

As provas deste ano, à semelhança do que se tinha passado no ano passado, têm como aspecto positivo o facto de as suas questões serem, em geral, directas e de fácil interpretação. As questões palavrosas têm vindo a desaparecer, o que é saudável. Estas provas devem testar os conhecimentos e capacidades de aplicação de procedimentos matemáticos e não outros conhecimentos ou capacidades dos alunos.

Algumas das questões afiguram-se bem concebidas e relativamente interessantes, apesar de elementares, como por exemplo as questões 4, 7, 8, 11, 17.2 e 20 na prova do segundo ciclo.

Infelizmente, no entanto, estas provas merecem alguns reparos.

- Os alunos não são testados devidamente na matéria que deveriam dominar. Com o pretexto de inserir os conceitos e algoritmos em questões aplicadas, acaba por não se testar devidamente nem o domínio dos conceitos nem o domínio dos algoritmos (Ex: 1.2 e 15 do 4.º ano e 2, 16 e 18 do 6.º ano). Assim, um possível bom desempenho nestas provas não parece equivalente ao domínio da matéria.
- Em ambos os ciclos, há um número exagerado de questões demasiado elementares para o nível de escolaridade dos alunos. Exemplos são as questões 15.1, 15.2 e 17 da prova do primeiro ciclo e as questões 3, 10, 13, 16 do segundo ciclo, cujo grau de dificuldade é característico do ciclo anterior.
- Nas provas do 1.º ciclo, as questões 1.1 e 1.2 não avaliam qualquer capacidade matemática. No 2.º ciclo passa-se o mesmo com as questões 4.2, 16, 17, 19, que apuram apenas a capacidade de leitura.
- Nas provas do segundo ciclo, a possibilidade de utilizar calculadora, embora apenas com os cálculos elementares, tira sentido a algumas questões, que deixam de exigir qualquer raciocínio matemático e reduzem-se a um mero carregar de teclas. Tal ocorre por exemplo nas questões 6, 12 e 15.

Em síntese, julgamos que estas provas continuam a não testar os conhecimentos mínimos correspondentes aos anos de escolaridade em que estão a ser aplicadas. Para resolver as questões, basta aos alunos um mínimo de perspicácia e conhecimentos muito rudimentares. Os procedimentos matemáticos não são realmente testados. O facto de um aluno ter bons resultados nestas provas não significa que o mesmo se encontre preparado para prosseguir devidamente os seus estudos.

O Gabinete do Ensino Básico e Secundário
da Sociedade Portuguesa de Matemática